



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES
PROCURADORIA-GERAL**

OFÍCIO/PGM N.º 07/2025

Luiz Alves/SC, 16 de junho de 2025.

Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Luiz Alves/SC

Assunto: Resposta ao Requerimento n.º 58/2025

Em atenção ao Requerimento nº 58/2025 que solicita a relação de todas as ações judiciais em trâmite nas quais o Município de Luiz Alves figura no polo passivo (como réu), bem como os procedimentos administrativos instaurados junto ao Ministério Público envolvendo, direta ou indiretamente, a municipalidade, cumpre à Procuradoria-Geral do Município apresentar os seguintes esclarecimentos:

1. Sobre os processos judiciais:

A Procuradoria-Geral mantém controle sistemático e atualizado das demandas judiciais que envolvem o Município, cuja totalidade atualmente se aproxima de dois mil processos — entre execuções fiscais, demandas cíveis, trabalhistas, ambientais e outras.

Embora nem todos os processos tenham o Município como réu, ainda assim o número de feitos é significativo, de modo que não é possível atender ao pedido em sua totalidade, nos moldes solicitados, sob pena de comprometer as rotinas e atribuições essenciais da Procuradoria.

Por outro lado, com o fito de colaborar com a função fiscalizatória exercida pelo Poder Legislativo, seguem em anexo as ações trabalhistas que



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES
PROCURADORIA-GERAL**

detém maior relevância, especialmente em razão do impacto financeiro e por tratar-se de ações coletivas: 0001262-26.2018.5.12.0056; 0000854-64.2020.5.12.0056; 0001363-29.2019.5.12.0056; e 0000701-31.2020.5.12.0056.

2. Sobre os procedimentos administrativos junto ao Ministério

Público:

O Município é, com frequência, oficiado ou convidado a prestar esclarecimentos em procedimentos administrativos conduzidos pelo Ministério Público. Todavia, trata-se de expedientes de titularidade da própria instituição ministerial, sendo comum que alguns tramitem sob sigilo ou contenham dados sensíveis envolvendo terceiros.

É de se registrar que, inclusive, muitas vezes o próprio ente municipal encontra dificuldades para acesso aos referidos procedimentos administrativos.

Nesse sentido, após apresentada a manifestação, o processo segue seu trâmite interno dentro do Órgão Ministerial e, por vezes, o ente municipal nem sequer obtém informações acerca do seu andamento e movimentações.

Diante disso, considerando o nível de sigilo necessário inerente aos referidos procedimentos e tendo-se em vista a participação subsidiária do ente municipal, entende-se pela impossibilidade de atendimento integral a esse ponto do requerimento, em razão dos limites legais e operacionais já expostos.

Por outro lado, a administração pública reconhece a importância do direito constitucional de acesso à informação, bem como respeita o princípio da



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES
PROCURADORIA-GERAL**

transparência, de modo que permanece à disposição para viabilizar o fornecimento de informações complementares ou específicas, desde que respeitados os limites legais e mediante requisição fundamentada.

Atenciosamente,

Felipe Socha Cordeiro
Procurador-Geral